

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.063 - SP (2018/0308036-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA
ADVOGADOS : LUCAS GONÇALVES MESQUITA - SP268095
ANDRE MATTOS DE CARVALHO - SP294602
RAQUEL DI DONATO LOURENÇO - SP390355
AGRAVADO : CAIUS MARCELLUS CORTESE FRANCO
ADVOGADO : MARIA LUIZA POLATTO MOLINA - SP254352

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 430, e-STJ):

Agravo de instrumento - Ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais - Processo em fase de cumprimento de sentença - Agravante que aduz o direito de descredenciar profissionais ou estabelecimentos médicos e hospitalares - Ação julgada procedente para o fim de condenar o réu a manter o tratamento do autor junto ao Centro de Oftalmologia Especializado de Araraquara, bem como para condenar o réu ao pagamento de R\$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais - Sentença que foi mantida em sede de recurso de apelo, sendo negado provimento ao recurso da agravante - Em análise perfunctória não se vislumbra elementos para infirmar a decisão impugnada, a qual está em consonância com o determinado no V. Acórdão de fls. 359/370 - Decisão mantida - Recurso não provido. Nega-se provimento ao recurso.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil. Sustenta, em suma, que o acórdão recorrido, ao fazer referência a uma decisão pretérita do órgão no mesmo processo, incorreu em omissão.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 449/450, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O recurso não merece prosperar, uma vez que a parte alega a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, mas sequer apresentou o recurso de embargos de declaração em face da decisão supostamente omissa.

Ainda que assim não fosse, verifico que a decisão recorrida não padece do vício alegado.

No acórdão que julgou o agravo de instrumento, o Tribunal de origem se reportou aos argumentos adotados quando do julgamento do recurso de apelação, empregando a denominada fundamentação *per relationem*, admitida pela jurisprudência do STF e do STJ.

Transcrevo, a seguir, trecho do acórdão recorrido (fl. 433, e-STJ):

Deste modo, em análise perfunctória não se vislumbra elementos para infirmar a decisão impugnada, a qual está em consonância com o determinado no V. Acórdão de fls. 359/370.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COMPLEMENTAR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ANTES DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO. FUNDO DE CONTRIBUIÇÃO. RESERVA MATEMÁTICA. ACUMULADO SOB O REGIME DE CAPITALIZAÇÃO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO E EQUACIONALIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS. IMPOSSIBILIDADE. EQUILÍBRIO ATUARIAL.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Consoante o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, não é nula por ausência de fundamentação ou por negativa de prestação jurisdicional a decisão que se utiliza da fundamentação

per relationem. Precedentes. Incidência da súmula nº 83/STJ.

3. "No tocante ao regime de previdência privada complementar, é pacífica a orientação desta Corte de que o direito adquirido somente se aperfeiçoa no momento em que o participante preencher os requisitos para a percepção do benefício previdenciário". (AgRg no REsp 989.392/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/4/2014, DJe 14/4/2014).

4. À luz do disposto na Lei Complementar nº 109/2001, em vista da preservação do equilíbrio atuarial das entidades de previdência privada, formada a reserva matemática e concedido o benefício de complementação de aposentadoria, não será suficiente a mera retenção das contribuições do autor da ação incidentes sobre as verbas salariais acrescidas pela Justiça do Trabalho e o pagamento das parcelas devidas pelo patrocinador correspondentes a essas mesmas quantias, visto que acumuladas sob o regime de capitalização durante todo o período de contribuição.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 128.086/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 21/2/2017)

Para melhor compreensão da controvérsia, cito, também, trechos do acórdão que julgou a apelação (fls. 366/369, e-STJ):

Os documentos acostados aos autos demonstram, de forma inequívoca, a relação contratual vigente entre a requerida e o autor originário, bem assim que após o diagnóstico acima descrito, submeteu-se o paciente a tratamento de doença oftalmológica no centro referido, conforme documento de fls. 22.

Tendo o autor apresentado pedido para tratamento da doença que possui junto ao centro requerido, foi informado de que o centro havia sido descredenciado, sem notificação prévia pela empresa requerida, razão pela qual houve a negativa de cobertura do procedimento necessitado pelo autor.

A empresa requerida negou cobertura para a hipótese, conforme relatório emitido pelo centro oftalmológico a fls. 22, documento no qual o centro escolhido pelo autor informou que teria sido descredenciado pelo plano de saúde, sem notificação prévia, razão pela qual não haveria obrigação de custear aquele procedimento.

O contrato firmado pelas partes é de trato contínuo visando à

prestação de serviços de assistência à saúde. A finalidade do contrato em questão, assim como a aplicação do princípio da boa fé objetiva, com sustento no Artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor e no Artigo 422 do Código Civil permite o reconhecimento de que a negativa foi injusta, tendo em vista que a natureza do contrato autoriza a aplicação da legislação consumerista. O plano de saúde requerido confirma que o centro oftalmológico escolhido pelo autor foi descredenciado. razão pela qual não poderia haver cobertura do procedimento realizado pelo autor naquele estabelecimento. Não obstante, dispõe o artigo 17, § Iº, da Lei nº 9.656/98 que "E facultada a substituição de entidade hospitalar, a que se refere o caput deste artigo, desde que por outro equivalente e mediante comunicação aos consumidores e à ANS com trinta dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor".

Dessa forma, caso o centro referido tenha sido descredenciado, cumpria à requerida demonstrar que comunicou ao autor com antecedência o descredenciamento do centro do plano, o que não se verificou. Por outro lado, não restou claro se houve a substituição por entidade hospitalar equivalente, o que seria necessário para que se admitisse a substituição do centro oftalmológico em que o autor realizava seu tratamento.

(...)

Dessa forma, tendo sido demonstrado o descredenciamento do centro referido sem qualquer comunicação ao autor, deve a requerida arcar com os custos do tratamento necessitado pelo apelado no local em que estava realizando o tratamento. Cumpre destacar que o ônus de comprovar que houve notificação dos pacientes sobre o descredenciamento da clínica oftalmológica referida era do plano de saúde réu, o que poderia ter sido feito por meio de prova documental, não sendo cabível, ademais, a alegação de que a clínica deixou de informar que o autor realizava tratamento 110 local, uma vez que era obrigação do plano de saúde requerido informar o descredenciamento aos contratantes do plano requerido.

Verifica-se, portanto, que o Tribunal de origem se manifestou, expressamente, acerca dos pontos suscitados pelo recorrente, os quais, se referem em suma, à questão do descredenciamento de profissionais e estabelecimentos e a respectiva notificação desse ato.

Em face do exposto, afastada a ocorrência de omissão, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, ante a ausência de condenação na origem, pois o recurso especial foi interposto em face de acórdão proferido em agravo de instrumento manejado contra decisão interlocutória.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

